

**A LÓGICA CORPORATIVA DO
USO DO TERRITÓRIO EM RONDÔNIA:
O AGRONEGÓCIO DA SOJA NA REGIÃO DE VILHENA¹**

**LA LÓGICA CORPORATIVA DEL
USO DEL TERRITORIO EN RONDÔNIA (BRASIL):
EL AGRO-NEGOCIO DE LA SOJA EN LA REGIÓN DE VILHENA**

Mirlei Fachini Vicente Pereira

Doutor em Geografia, UNESP, *Campus* Rio Claro
Professor do Instituto de Geografia, UFU
mirlei@ig.ufu.br

Samira Peduti Kahil

Doutora em Geografia Humana, USP
Professora dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia,
UNESP, *Campus* Rio Claro

Resumo

O texto discute a inserção da agricultura moderna de exportação no estado de Rondônia, especialmente o caso da produção de soja na região de Vilhena (sul do estado). São avaliadas as ações de grandes empresas que organizam a produção na região, as consequências de uma lógica corporativa de uso do território e a emergência, no território rondoniense, de uma moderna “cidade do campo”.

Palavras-chave: Uso do território, Modernização, Agronegócio, “Cidade do campo”, Vilhena-RO.

Resumen

El trabajo analiza la inserción de la agricultura moderna de exportación en Rondônia (Brasil), en particular la producción de soja en la región de Vilhena. Se evaluaron las acciones de las grandes empresas que organizan la producción en la región, las consecuencias de una lógica corporativa de uso del territorio y la formación, en la porción sur de Rondônia, de una moderna "ciudad del campo".

Palabras clave: Uso del territorio, Modernización, Agro-negocio, "Ciudad del campo", Vilhena-RO.

Introdução – a modernização recente da agricultura em Rondônia

A partir da última década do século XX, vários processos de modernização do território brasileiro foram capazes de inserir conteúdos técnicos que possibilitaram o surgimento de novos espaços em que atividades agrícolas modernas são realizadas, sobretudo cultivos especialmente voltados para o mercado externo. É possível pensarmos que o “Brasil agrícola moderno” (ELIAS, 2003), que até os anos 70 e 80 estava circunscrito às regiões Sudeste e Sul, conhece, durante a década de 90, uma nova extensão, com o aparecimento de novas áreas agrícolas modernas em vastos espaços localizados em outras regiões do país (Centro-Oeste, Nordeste e Norte) (CASTILLO, 2005).

A Amazônia não escapa a este processo de modernização territorial para um uso agrícola voltado para a exportação. Com o processo recente de atualização do território no sudoeste da Amazônia, os usos territoriais encontram-se cada vez mais dependentes e ligados às demandas externas. Permanecem os discursos apologéticos da modernização do campo, pregando, constantemente, a necessidade de mais modernização, e as ações empreendidas no mais faz vezes promovem apenas uma modernização seletiva e corporativa, orientada por grandes corporações ligadas ao agronegócio de exportação. Trata-se de tornar o território “atualizado” em termos de técnica, ciência e informação no que diz respeito àquilo que nele se produz. A agricultura moderna praticada no estado de Rondônia exemplifica este processo, especialmente no que se refere ao cultivo da soja, voltado para o mercado externo e muito pautado no uso intensivo de ciência e de informação.

O crescimento do cultivo de soja em Rondônia é recente, ocorrendo sobretudo como resultado da viabilização do transporte de cargas na hidrovía Madeira-Amazonas, no final da década de noventa. O estado de Rondônia, que até a década de oitenta tinha na exploração madeireira, na pecuária extensiva e na mineração as suas principais atividades econômicas, tem conhecido, especialmente a partir dos primeiros anos do século atual, um crescimento significativo da produção de soja (que hoje se consolida como o principal cultivo agrícola do estado²), reproduzindo assim práticas análogas ao

front da agricultura moderna de exportação que circunda a Amazônia Legal (especialmente o estado de Mato Grosso).

O fenômeno da inserção e da expansão recentes da soja no sul de Rondônia configura, do modo como ele ocorre, aquilo que Milton Santos (1996, p.132) reconhece como um “acontecer homólogo”, ou seja, aquele acontecer que resulta de uma modernização de áreas agrícolas ou urbanas mediante uma informação especializada, redefinindo funcionalidades e gerando novos contornos espaciais, ainda que o trabalho desempenhado seja, neste caso, demandado de fora do território e realizado com vistas ao mercado externo.

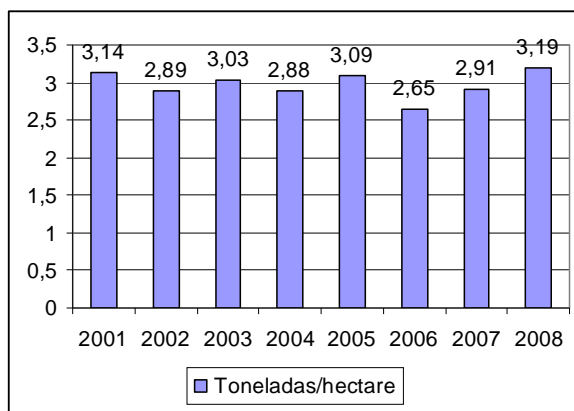
A história da sojicultura em Rondônia inicia-se antes mesmo da consolidação do corredor de exportação do rio Madeira. No ano de 1979 a unidade da Embrapa em Rondônia instala em Vilhena um campo experimental que, nos anos seguintes (1980 e 1981) iniciou experimentos com o cultivo de grãos como arroz, soja, milho e feijão, que, apesar de alguns bons resultados, foram mais tarde paralisados devido à extinção dos programas de incentivo à pesquisa. No final da década de oitenta, Vilhena já possuía destaque na produção agropecuária, principalmente com os cultivos do arroz e do milho e desde então também uma incipiente produção de soja, em vastas áreas originalmente ocupadas pela vegetação de cerrados, com topografia propícia à modernização tecnológica e condições edáficas e climáticas que, quando aliadas a uma logística alternativa de escoamento dos grãos, oportunizaria uma produção bastante competitiva.

Em 1996, quando a demanda pelo desenvolvimento de uma agricultura científica e voltada para o mercado externo já ocorre com maior intensidade em todas as regiões do país, o campo experimental da Embrapa em Vilhena reinicia projetos de melhoramento genético da soja, em parceria com a Embrapa Soja (Londrina-PR) e a Fundação Mato Grosso (FMT), visando desenvolver sementes adaptadas às condições locais³. Ao mesmo tempo, havia claros indícios de que a hidrovía do Madeira-Amazonas, que facilitaria o escoamento da produção (seguindo de Porto Velho para Itacoatiara-AM e desta até os mercados consumidores da Europa e Ásia), logo seria viabilizada, sobretudo pelo declarado interesse do Grupo André Maggi neste novo corredor de exportação.

Deste modo, há pouco mais de uma década a região do chamado cone sul de Rondônia (porção sul do estado) é convocada a desenvolver um conjunto de atividades agrícolas voltadas para o mercado externo. O aumento da produção sojícola no sul de Rondônia resulta da vinda de produtores que atuavam no Mato Grosso (especialmente paranaenses, gaúchos e paulistas) que, em busca de novas terras para o cultivo, acabaram por promover a transformação da produção agropecuária local (baseada no cultivo do arroz e na pecuária de corte), atraída pelos bons resultados dos experimentos com a soja.

As maiores limitações eram, sem dúvida, a distância dos tradicionais pontos de exportação da produção (portos do Sudeste e Sul do país), dificuldade esta que seria resolvida no final da década de noventa (1998) com a viabilização da hidrovia Madeira-Amazonas e o terminal de exportação em Porto Velho. Daí em diante, e fazendo um intenso uso das técnicas mais modernas de produção, o sul de Rondônia torna-se uma das áreas de maior produtividade deste cultivo em todo o território nacional⁴ (Gráfico 1).

Gráfico 1. Produtividade da soja em Rondônia (2001-2008)

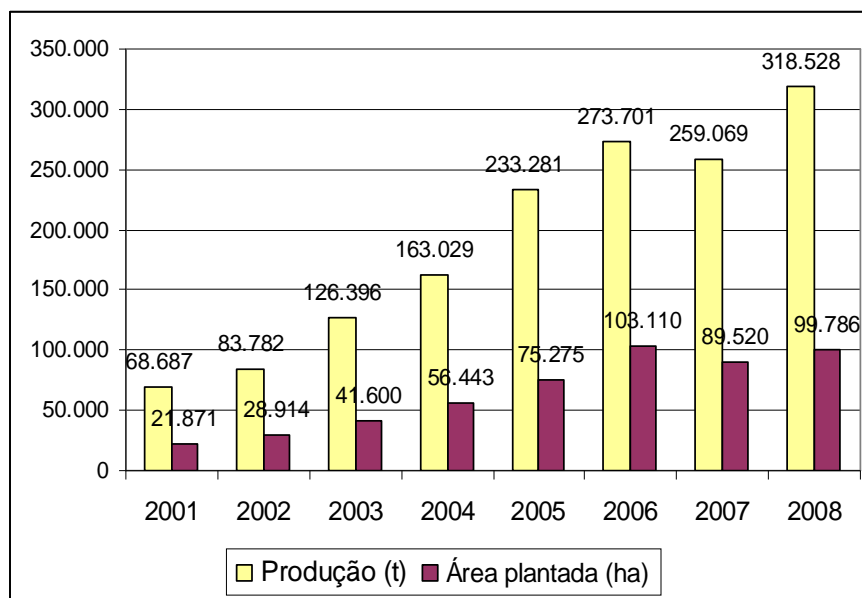


Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2007. O dado de 2008 é da SEAPES-RO, disponível em http://www.seapes.ro.gov.br/Imprensa/06_08/060801.htm, acesso em novembro de 2008. Organizado pelo autor.

Ainda que quando comparada à de outros estados a produção de soja em Rondônia possa parecer relativamente pequena, entre os anos de 2001 e 2008 este cultivo conheceu um aumento muito significativo (Gráfico 2).

A inserção de insumos e o uso de técnicas modernas são responsáveis pelo constante crescimento e modernização da produção. O emprego otimizado de fertilizantes, a gestão em tempo real das informações necessárias ao trabalho de adubação dos solos e da atividade de plantio são alguns exemplos da tecnologia empregada no agronegócio da soja em Rondônia. Maquinários dos mais modernos do mundo realizam o trabalho a partir de um comando que é operado por satélites (através de aparelhos de GPS) que produzem, instantaneamente, diagnósticos de produtividade e cálculo da quantidade necessária de corretivos a ser adicionado ao solo, otimizando o uso de fertilizantes, venenos e outros insumos, verificando ainda o controle dos espaçamentos e da profundidade das covas para o plantio das sementes, com uma margem de erro de apenas 10 centímetros, configurando um tipo de cultivo comumente caracterizado como “agricultura de precisão”⁵.

Gráfico 2. Volume produzido e área plantada com soja em Rondônia (2001-2008)



Fonte: IBGE, PAM, 2007. Os dados de 2008 foram divulgados pela SEAPES-RO 2008, disponível em <http://www.seapes.ro.gov.br/Imprensa/06_08/060801.htm>, acesso em novembro de 2008. Organizado pelo autor.

O uso intenso da técnica e da ciência modernas, muito presente nos maquinários agrícolas sofisticados, nas sementes melhoradas e nos fertilizantes, exemplifica a natureza técnico-científica da produção, permitindo reconhecermos a consolidação de

áreas cada vez maiores no sudoeste amazônico em que o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994, 1996) se faz presente para atender às demandas da agricultura científica globalizada. Trata-se de total reformulação das condições de cultivo, onde a natureza natural cada vez mais dá lugar a uma natureza humanizada e tecnicizada para a produção.

Esta agricultura moderna se encontra territorialmente concentrada e tem o seu centro difusor no município de Vilhena, que acaba por tornar-se o principal pólo do agronegócio de exportação em Rondônia⁶, capaz de induzir um processo de especialização territorial produtiva no sul do estado, processo este que, ao mesmo tempo, é criador de hierarquias e de fragmentação territorial.

A lógica corporativa do agronegócio da soja em Rondônia

Comandada por alguns dos maiores grupos econômicos que detêm o controle das atividades do agronegócio do país (principalmente os grupos Amaggi e Cargill), a produção de soja no sul de Rondônia foi capaz de inserir o sudoeste amazônico no mapa dos novos espaços tecnificados da agricultura moderna de exportação. O território modernizado pela agricultura científica ganha verdadeiro *status* de espaço “modelo”, signo do progresso e do crescimento econômico, realimentando a psicosfera legitimadora da atualização corporativa e hierárquica (SANTOS, 1996).

A mídia (tanto local como nacional) participa de forma ativa deste processo - no ano de 2005 a Revista Exame apontava Vilhena como um dos dez principais novos pólos do agronegócio do país, sendo que no ano anterior o volume de exportações agropecuárias do município alcançara 31 milhões de dólares (um crescimento de 55% de 2003 para 2004)⁷. Vilhena concentra a maior parte da produção de soja no estado de Rondônia, a ponto de podermos identificar no município certa especialização territorial produtiva (PEREIRA, 2007). Para se ter uma idéia, para a safra de 2005/2006, segundo dados da Secretaria de Estado da Agricultura (SEAPES-RO, 2007), o total da soja produzida no estado alcançou 273.701 toneladas, sendo que, deste total, 110.940 toneladas foram colhidas no município de Vilhena⁸. Entretanto, com a inserção do

cultivo em outros municípios, há uma tendência de diminuição na participação da produção de Vilhena no total do estado.

A natureza das atividades indica o quanto o cultivo de soja é dependente de alta tecnologia, informação e vultosos financiamentos. A maioria dos produtores de soja em Vilhena cultiva áreas que variam de 600 a 700 hectares (considerados médios produtores), ainda que alguns poucos produtores pratiquem a atividade em áreas de 150 a 200 ha. O maior produtor do município planta cerca de 10 mil hectares e outros dois grandes produtores plantam em média 5 mil ha⁹. Às facilidades de escoamento da produção (que segue até Porto Velho via BR-364) soma-se uma produtividade média que tem apresentado seguidamente alguns dos maiores índices do país, chegando a alcançar mais de 3 mil quilos por hectare (SEAPES-RO, 2006, p.28). Com tais condições, a expansão da produção de soja alcança, também de forma rápida, outros municípios do estado, sobretudo na sua porção sul (Figura 1).

É o caso, por exemplo, dos municípios de Cerejeiras, onde a atividade tem se mostrado mais próspera, inclusive com expectativas de superar a produção de Vilhena¹⁰, mas também dos municípios de Corumbiara, Colorado do Oeste, Cabixi, Chupinguaia e Pimenteiras do Oeste, todos estes municípios no sul do estado¹¹, além de alguns outros municípios onde se desenvolve uma produção ainda incipiente (Gráfico 3).

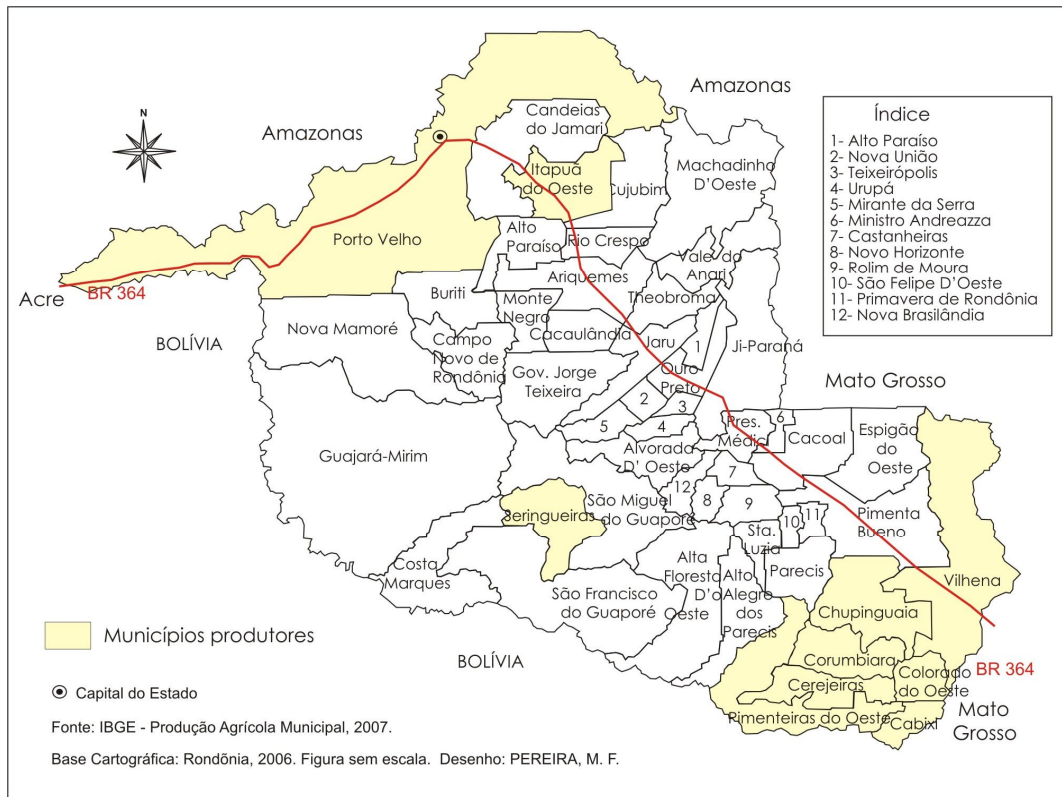


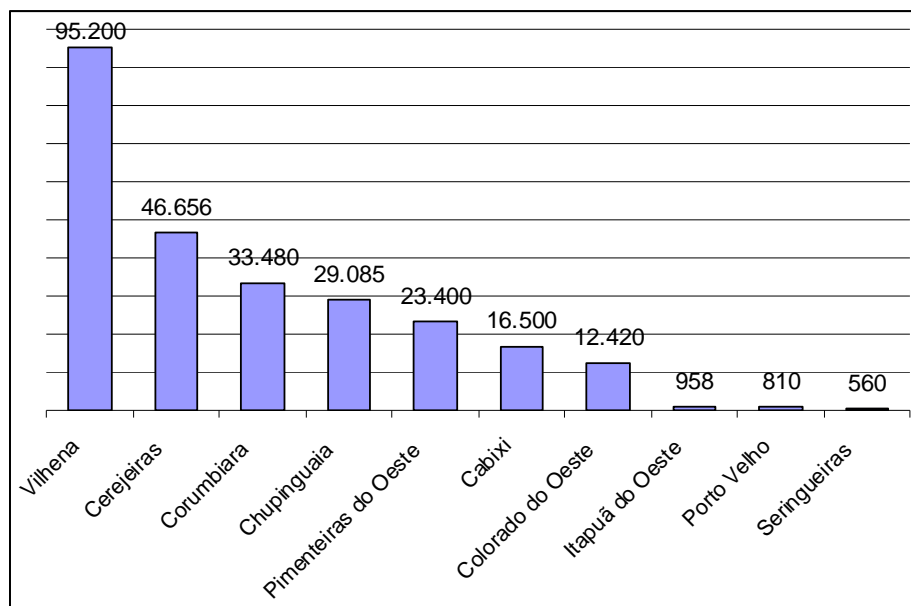
Figura 1. Municípios produtores de soja em Rondônia (2007)

Os grandes grupos empresariais que controlam as atividades do circuito produtivo da soja no país logo se instalam no território rondoniense (final da década de 90), e têm se mostrado essenciais no que diz respeito à organização da produção e do transporte, bem como da assessoria e do financiamento. O primeiro grande grupo a instalar uma unidade em Vilhena foi o Grupo André Maggi, o principal responsável pelo avanço do cultivo da soja em Rondônia. A Amaggi Importação e Exportação, Unidade de Vilhena, foi instalada no ano de 1997 e iniciou suas operações em 1998, coincidindo, portanto, com a viabilização da hidrovia Madeira-Amazonas, por onde é escoada toda a produção do estado.

O Grupo André Maggi mantém em Vilhena uma unidade que realiza atividades de compra, secagem e armazenamento de grãos, além dos serviços de financiamento, venda de fertilizantes e suporte técnico e de consultoria aos produtores da região, o que caracteriza o Grupo André Maggi como o principal agente organizador da produção sojícola no município, ainda que, no estado de Rondônia, o Grupo não se dedique ao

plântio da soja. Esta unidade de Vilhena recebe e comercializa a produção proveniente dos municípios de Vilhena, Chupinguaia e também do município de Comodoro-MT.

Gráfico 3: Municípios produtores de soja em Rondônia e quantidade produzida (em toneladas) no ano de 2007



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal 2007. Organizado do autor.

Segundo informações por nós obtidas através de entrevista com o gerente da Unidade do Grupo André Maggi em Vilhena (em julho de 2007), 60% da produção realizada no município na safra 2006/2007 (o que equivale a cerca de 60 mil toneladas), foi comercializado pelo Grupo através de seu escritório local. Atualmente, o Grupo André Maggi divide a comercialização da soja com o Grupo Cargill¹², instalado em Vilhena desde 2004 (Foto 1).

Em Cerejeiras, segundo maior município produtor do estado, que dista pouco mais de 120 km de Vilhena (com acesso pela RO-399), o crescimento da produção de soja ocorre com muita rapidez (24 mil ton. em 2005 e 48 mil ton. em 2006 – IBGE-PAM 2007). As perspectivas de crescimento da produção em Cerejeiras e nos municípios vizinhos levaram à instalação de uma unidade de comercialização do Grupo André Maggi neste município no ano 2000, sendo que tal unidade recebe, armazena e comercializa a produção que é realizada em cinco municípios. Ainda segundo

informações do gerente da unidade do Grupo André Maggi em Vilhena, a unidade de Cerejeiras é importante porque a produção lá realizada (Quadro 1), bem como nos municípios atendidos por tal unidade, é mais competitiva do que a realizada em Vilhena, por conta das condições naturais do solo¹³.



Foto 1. Unidades de comercialização de soja em Vilhena

Às margens da BR-364, na área periférica de Vilhena, infra-estrutura dos Grupos André Maggi (à esquerda) e Cargill (à direita). (Fotos do autor, julho de 2007).

Quadro 1. Caracterização das unidades de comercialização do Grupo André Maggi em Rondônia

Características	Unidade de Vilhena	Unidade de Cerejeiras
Data de Instalação/funcionamento	1997/1998	2000
Municípios atendidos	Vilhena, Chupinguaia e Comodoro-MT	Cerejeiras, Corumbiara, Pimenteiras do Oeste, Colorado do Oeste e Cabixi
Nº de produtores que mantém relação estável de comercialização na Unidade	20	40
Capacidade de armazenamento	3.660	4.500
Capacidade de secagem dos grãos (toneladas por dia)	600	600

Fonte: Grupo André Maggi (Pesquisa direta / Trabalho de campo, junho de 2007). Organizado pelo autor.

O crescimento da produção nestes municípios também levou à instalação de uma Unidade do Grupo Cargill em Cerejeiras (em 2005), ainda que, nos parece, a maior parte da produção de soja em Rondônia deva ser comercializada pelas unidades do Grupo André Maggi. Deste modo, mesmo que existam outras empresas menores que comprem a soja produzida em Rondônia (especialmente para a industrialização local), os Grupos Amaggi e Cargill acabam estabelecendo uma estrutura oligopsônica de comercialização (Foto 2).



Foto 2. Unidades de comercialização de soja em Cerejeiras

Instalações do Grupo André Maggi (à esquerda) e do Grupo Cargill (à direita), na rodovia RO-399.
(Fotos do autor, junho de 2007).

Há de se levar em conta que estes grandes grupos ainda lucram com atividades como a venda de fertilizantes e o financiamento da produção. No que tange ao financiamento, embora não tenhamos tido acesso aos dados de contratos de crédito na Unidade do Grupo André Maggi em Vilhena, há claros indícios de que o Grupo seja o maior financiador da atividade em Rondônia¹⁴. Em visita à agência local do Banco do Brasil, foram fornecidos alguns dados que demonstram que o financiamento da produção deve, de fato, ser muito mais contratado nas instituições privadas¹⁵ (Quadro 2).

Quadro 2. Principais operações de crédito agrícola realizadas na Agência do Banco Brasil em Vilhena-RO

Modalidades*	Número de operações	Saldo (R\$)
Pecuária de corte	25	1.566.746,00
Soja	13	1.414.190,00
Milho (safrinha)	05	869.334,00
Correção do solo	08	671.542,00
Máquinas agrícolas	07	392.130,00

*Foram estas as modalidades que apresentaram os maiores volumes de contratação de crédito.

Fonte: Banco do Brasil, Pesquisa direta na agência de Vilhena (em 06 de julho de 2007)
Org. pelo autor.

Das informações aqui reunidas, pode-se concluir que, tal como ocorre em outras regiões do país, a produção de soja no estado de Rondônia é muito dependente da atuação destes grandes grupos do agronegócio, denunciando assim uma lógica corporativa de uso do território. A dependência se faz presente na hora de tomar os financiamentos, no momento da comercialização da produção, na compra dos insumos etc. o que acaba por tornar o produtor “rendido” às práticas e intenções destes grandes grupos. O território, por demais organizado em função de tais agentes, acaba de certo modo por funcionar como um “território corporativo”, porque é orientado a atender prioritariamente as demandas de tais empresas hegemônicas.

Para além dos investimentos públicos para a viabilização da hidrovia, bem como as melhorias necessárias ao fluxo das cargas na BR-364, localmente, os municípios acabam por arcar com uma série de custos para a instalação de infra-estruturas indispensáveis à produção e comercialização da soja. Este é o caso, por exemplo, do Grupo André Maggi, que recebeu importantes incentivos para a instalação tanto da unidade de Vilhena – com doação de terreno e isenção de IPTU por um período de dez anos (1997-2006), quanto da unidade de Cerejeiras, cujo município doou terreno e isentou o pagamento de IPTU por cinco anos¹⁶.

A geração de empregos com este tipo de empreendimento é mínima. Em Vilhena, na Unidade do Grupo que pudemos visitar (julho de 2007), eram apenas sete os funcionários (quatro no escritório e três operacionais), número este que aumenta no período de safra (seis no escritório e dezoito operacionais, excedente este que é terceirizado).

É a racionalidade da ação corporativa do capital atraindo a preocupação do poder público, ou seja, uma orientação das políticas e dos recursos públicos que são empenhados para viabilizar a acumulação de agentes privados, enquanto que as necessidades da maior parte da população são deixadas em segundo plano.

A dependência externa e a instabilidade como novas condições do território

Em que pese os esforços já consolidados de atualização do território para viabilizar uma produção “racional”, com o empenho de grandes investimentos públicos e privados, o trabalho moderno desempenhado nestes espaços da agricultura científica de exportação mostra-se extremamente frágil no que diz respeito à sua própria regulação. Em outras palavras, como os nexos externos se fazem agora muito mais presentes, a modernização do conteúdo territorial contempla também uma atualização dos comandos e do controle da produção, que agora são guiados pelas necessidades de mercados distantes e de agentes alheios à organização do trabalho e da vida no lugar.

Numa primeira vista tudo parece prosperar nos espaços modernos em que se pratica a produção de soja – no campo, as grandes extensões do cultivo, as máquinas e as infra-estruturas gigantescas de armazenamento; nas cidades deste “campo moderno”, as grandes concessionárias de automóveis, de implementos agrícolas, a quantidade de caminhonetes importadas nas ruas etc.; no entanto, é preciso considerar que este tipo de modernização da produção e a atualização do território, do modo como ocorrem, foram também acompanhadas de certa instabilidade. O território é tornado ainda mais instável (SANTOS, 1978; SANTOS, SILVEIRA, 2001), vulnerável ao mercado e às finanças externas. É assim que, quanto mais o território se mostra instrumentalizado e propenso a esta agricultura científica globalizada, mais também esta mesma racionalização modernizadora o torna alienado, exigindo-lhe uma obediência cega ao mercado. Em Vilhena, por exemplo, onde a declarada modernidade técnico-científica preside as ações da agricultura globalizada, a queda do dólar estadunidense (moeda eleita pelos agentes hegemônicos para o comércio das *commodities*) fez a renda e a produção recuarem, na mesma medida em que as dívidas cresciam.

Os anos de 2005 e 2006 foram muito representativos de como esta dependência do mercado externo é capaz de tornar os espaços do agronegócio de exportação extremamente vulneráveis e instáveis. Com a queda do dólar, as regiões produtoras do Sul do país (especialmente o Rio Grande do Sul e o Paraná) voltam a ser mais rentáveis (pelo menor gasto com o escoamento da produção), fenômeno este capaz de produzir um rearranjo do uso do território pela atividade agrícola de exportação (KAHIL, 2008)¹⁷.

Vilhena e os demais municípios produtores de soja em Rondônia também se submetem a tal dependência e instabilidade. Levantamentos por nós realizados¹⁸ demonstraram, por exemplo, que os empréstimos tomados para custeio da safra de soja 2006/2007 no Banco do Brasil, agência de Vilhena, eram praticamente correspondentes ao total das dívidas pendentes (e renegociadas) contraídas pelos sojicultores nas safras anteriores (2004 e 2005). Esta situação não ocorre apenas porque os maiores financiadores da produção são, há muito tempo, os grandes grupos que comercializam a soja, mas principalmente por fatores externos (câmbio, dinâmica do mercado internacional etc.) cuja regulação escapa aos produtores e à região – daí o clima de desolação e mesmo de desespero de muitos empresários do agronegócio em Vilhena, pois, por mais modernos e técnicos que sejam os maquinários, os insumos, as sementes, e por maior que seja a produtividade alcançada, os produtores muitas vezes acabam sendo vitimados pelos preços baixos da soja no mercado externo¹⁹.

A gravidade da situação é que, uma vez endividados, seja com instituições financeiras públicas, seja com os grandes grupos que comercializam os grãos (sendo que estes últimos cobram o dobro das taxas de juros praticadas pelo Banco do Brasil, por exemplo²⁰), não há outra opção a não ser contratar mais crédito e, deste modo, entregar-se a um círculo vicioso que não se esgota na próxima safra (ainda que haja dinheiro e crédito para mecanizar/modernizar cada vez a produção, ou adquirir as caminhonetes importadas) (PEREIRA, 2007, p.430).

Os problemas maiores que atingem os produtores locais (por vezes o baixo preço pago pela produção, o alto custo dos insumos, etc.) têm origem externa, razões globais. Estes problemas todos escapam a qualquer regulação que tenha origem no próprio lugar²¹.

É deste modo que a agricultura moderna de exportação da soja realizada em Rondônia, assim como em outras regiões do país, acaba por configurar a existência de regiões ou espaços do fazer (SANTOS, 1994; SANTOS; SILVEIRA, 2001), obedientes e submissos aos comandos externos. São regiões (re)definidas sobretudo pelos nexos externos, alienadas porque muito funcionais a espaços que lhes são alheios, resultando na constituição de espaços sem autonomia política para decidir sobre seus próprios rumos. “É dessa maneira que se estabelecem novas dinâmicas regionais, criando (...) aquelas áreas que são apenas regiões do fazer, do fazer sem o rege”²² (SANTOS, 1994, p.92).

A emergência da moderna “cidade do campo” – o caso de Vilhena

A modernização e a prática da agricultura técnico-científica no sudoeste da Amazônia foi capaz de inserir recentemente na região um tipo de cidade com função especificamente voltada para as demandas do campo moderno, tal como parece ser o caso de Vilhena, principal centro do agronegócio de exportação no território rondoniense (PEREIRA, 2007).

Todo um conjunto de atividades muito ligadas à racionalidade do modo de produção técnico-científico (SANTOS, 1999) praticado no agronegócio de exportação atual se dá principalmente a partir de cidades que desempenham função reguladora da dimensão mais direta da produção, visto que seu comando político é realizado de fora do lugar ou mesmo externamente ao território nacional. Daí a necessidade de uma complementaridade funcional muito estreitada entre o campo moderno e uma cidade que, de certo modo, também se especializa neste tipo de função.

Algumas atividades tipicamente urbanas aparecem como imprescindíveis à realização do campo moderno, definindo o que Milton Santos (2000) denominou “cidade do campo”, ou ainda o que Denise Elias (2006) tem recentemente chamado como “cidade do agronegócio”.

Segundo Denise Elias, é possível identificarmos, no que a autora denomina *Brasil agrícola moderno*, “(...) cidades cuja função principal claramente se associa às

demandas produtivas dos setores relacionados à modernização da agricultura” (2006, p.13). A mesma autora chama a atenção para o fato de que nestas cidades ocorre a materialização das condições de reprodução do capital empregado no agronegócio. Estes processos podem ser claramente identificados em Vilhena, onde a existência de uma agricultura comumente qualificada como “científica” ou ainda “de precisão” nos permite reconhecer que o Brasil agrícola moderno alcança hoje também os novos *fronts* de expansão do agronegócio na Amazônia.

Com uma população estimada em cerca de 65 mil habitantes (mais de 90% urbanos)²³, a cidade e o urbano em Vilhena parecem estar em sintonia com o desenvolvimento da produção agrícola moderna. Apesar de ser o maior produtor de cereais do estado de Rondônia, é no segmento de serviços que está alicerçada a maior parte das atividades econômicas do município²⁴.

Este processo resulta de uma série de transformações que a atividade agropecuária moderna tem operado no Brasil, sobretudo a partir de uma reorganização da produção propriamente dita (agrícola e industrial), como também uma expansão qualitativa e quantitativa da produção não-material (comércio, finanças e serviços), promovendo deste modo a terciarização da economia nas áreas onde se praticam as atividades do agronegócio moderno, tal como analisa Elias (2006, p.14). A mesma autora também conclui que o terciário especializado e voltado em sua maioria para as atividades do campo moderno passa a constituir grande parte do circuito superior da economia urbana, nestas regiões onde o agronegócio define especializações territoriais produtivas muito voltadas para o mercado externo.

A cidade do campo configura-se como pólo indispensável ao comando técnico da produção agrícola moderna e como lugar de residência não só de funcionários da administração pública, das empresas, mas também dos que trabalham no campo, mas que, em boa parte, são urbano-residentes (SANTOS, 2000, p.91).

Estas cidades passam também a ser o *locus* de um consumo do campo que deixa de ser apenas consumptivo para cada vez mais definir-se também como consumo produtivo (ELIAS, 2006, p.15). Em Vilhena, é o meio urbano que concentra as principais empresas que dão suporte às atividades agrícolas (consumo produtivo do campo) – as grandes *tradings* do agronegócio (Amaggi e Cargil), as revendas de

maquinários (marcas como a John Deere, New Holland e Massey Ferguson), além das revendas de sementes, agrotóxicos e corretivos; bem como outras empresas públicas e privadas que oferecem crédito, serviços de transporte, etc., atividades fundamentais à produção agrícola moderna no sul de Rondônia (PEREIRA, 2007).

A quase totalidade da atividade comercial, e principalmente as atividades de um consumo moderno, concentram-se em uma única avenida (Av. Major Amarante) (Foto 3), onde estão presentes as lojas de eletroeletrônicos, de celulares, os bancos, e também empresas de consultoria voltadas para o campo. Junto à BR-364 (na Av. Celso Mazutti), existe concentração de concessionárias de máquinas e equipamentos agrícolas, bem como das revendas de insumos agropecuários.



Foto 3. Av. Major Amarante, área central de Vilhena

As atividades comerciais estão distribuídas ao longo desta avenida, que concentra as atividades do comércio e serviços modernos (Foto do autor, julho de 2007).

Deste modo, o desenvolvimento das atividades do agronegócio na região acabou por dotar o espaço urbano vilhenense de serviços especializados de consultoria agropecuária, bem como os serviços de assessoria jurídica (direito ambiental) e georreferenciamento para regularização fundiária (serviços essenciais para a prática do agronegócio na Amazônia Legal). A oferta de meios de comunicação e transporte eficientes (existem vôos comerciais regulares para cidades do Mato Grosso e do interior

de São Paulo e Paraná) completa e reafirma a condição da cidade como núcleo viabilizador da agricultura moderna na região.

O caso de Vilhena é exemplar tanto no que se refere à configuração da cidade do campo (SANTOS, 2000), como também do novo fenômeno da “cidade média”, nos termos propostos por María Laura Silveira (2002, p.15), em que se deve levar em conta o seu grau de especialização e de suporte para a realização de uma divisão do trabalho à escala mundial.

Milton Santos reconhece que “tal cidade, cujo papel de comando técnico da produção é bastante amplo, tem também um papel político frente a essa mesma produção. Mas, na medida em que a produção agrícola tem uma vocação global, esse papel político é limitado, incompleto e indireto” (SANTOS, 2000, p.91), ou seja, as ordens produzidas no lugar pouco podem interferir no comando da produção que, de fato, é desenhado em lugares distantes. Ao portar a modernidade e os meios capazes de atualizar a produção agrícola, também se inserem no lugar os nexos externos a quem os agricultores, empresas e política local devem, de um modo ou de outro, se tornar tributários e obedientes.

Nestes espaços da produção moderna de exportação, o cotidiano dos agentes e as ações solidárias à agricultura moderna parecem, a todo tempo, ser gerenciados por esta mesma racionalidade de modernização concentradora e obediente aos comandos exógenos que, também de fora, impõe uma quantidade sem fim de regras a serem cumpridas. É assim que, na cidade do campo moderno,

Dá-se, na realidade, também uma certa militarização do trabalho, já que o critério do sucesso é a obediência às regras sugeridas pelas atividades hegemônicas, sem cuja utilização os agentes recalcitrantes acabam por ser deslocados. Se entendermos o território como um conjunto de equipamentos, de instituições, práticas e normas, que conjuntamente movem e são movidas pela sociedade, a agricultura científica, moderna e globalizada acaba por atribuir aos agricultores modernos a velha condição de servos da gleba. É atender a tais imperativos ou sair (SANTOS, 2000, p.89).

Esta cidade do campo moderno também personifica a cidade corporativa. Os serviços e o comércio especializados, que compõem um circuito superior da economia urbana (SANTOS, 1979, 2004) voltado para as demandas do agronegócio, pouco cooperam com o restante das atividades produtivas. Atividade intensa em capital e

realizada de forma totalmente mecanizada, o campo moderno necessita de pouca mão-de-obra. Até mesmo nas atividades de serviços, desenvolvidas e pensadas à distância e oferecidas no lugar em “pacotes prontos”, emprega muito pouca gente.

Daí a coexistência, nestas cidades do campo moderno, de uma quantidade significativa de habitantes que pouco participam ou se inserem de forma vantajosa no circuito produtivo das *commodities* de exportação. É a lógica de um território “moderno”, altamente produtivo, voltado para o mercado externo e muito intenso em capital, técnica e informação, mas que não se realiza e não se reverte em recursos vantajosos para todos os que o habitam.

Considerações finais

No território brasileiro, concomitantemente ao desenvolvimento extraordinário da técnica e da ciência aplicadas à produção agrícola, permanecem estratégias ainda mais hierárquicas de instrumentalização para um uso corporativo do território, tudo seguindo a mesma lógica, a mesma racionalidade econômica presidida por agentes externos e com amplo apoio do poder público.

É isto o que acontece com uma agricultura que ganha caráter de moderna e globalizada no estado de Rondônia, principalmente com o cultivo da soja e com o estabelecimento de todo um aparato técnico que dá suporte à sua produção e ao seu escoamento, com a inserção na região de grandes grupos nacionais (André Maggi) e estrangeiros (Cargill) que comandam o circuito produtivo das *commodities* no país. Neste campo tão moderno e carregado de ciência e de informação, podemos reconhecer aquilo que Santos e Silveira (2001) denominam manchas ou ilhas do meio técnico-científico-informacional, nesta parte do território brasileiro. Ao mesmo tempo, esta agricultura moderna de exportação caracteriza a constituição de um “espaço alienado” (ISNARD, 1982, p.55), alheio às necessidades propriamente locais, já que aceita submeter-se a projetos e a finalidades estranhas e as toma como uma “finalidade verdadeira”, como “projeto único” (PEREIRA, 2006).

No espaço das cidades, o processo recente de modernização do campo permite com que a racionalidade das empresas hegemônicas se insira numa região que há tão pouco tempo era considerada pouco funcional à moderna economia do país, indicando que as estratégias de exploração capitalista do território se alargam e atingem os cantos mais remotos do Brasil.

A emergência da cidade do campo moderno, como é o caso de Vilhena, e mesmo de cidades locais renovadas pela atividade agrícola de exportação, exemplificam tal lógica corporativa de uso do território, reforçando os nexos com uma economia e uma política que são desenhadas em espaços distantes, ao mesmo tempo em que se renovam de forma despótica as práticas pretéritas do trabalho no lugar, perturbando-as.

Há que se pensar e privilegiar novas possibilidades de uma agricultura e de um uso do território que promovam sociabilidades e solidariedades outras; um território que se preste de forma mais generosa aos habitantes do lugar e da nação.

Notas

¹ Este artigo resulta de pesquisa de doutorado realizada pelo primeiro autor, sob orientação da segunda autora, defendido em 2009 no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), com apoio do CNPq.

² A soja já é o produto agrícola mais valorizado de Rondônia. No ano de 2008, a área de cultivo da soja alcançou cerca de 100 mil hectares (a maior área destinada à lavoura no estado de Rondônia), com uma produção de mais de 311 mil toneladas (IBGE, Produção Agrícola Municipal 2008).

³ As parcerias com estas instituições de pesquisa foram encerradas e, atualmente, o campo experimental da Embrapa em Vilhena desenvolve pesquisas em colaboração com a Fundação Centro-Oeste (Informações obtidas no sítio da Embrapa Agroflorestral de Rondônia, disponível em <<http://www.cpafrro.embrapa.br/embrapa/unidade/unidade.htm>>, acesso em agosto de 2007).

⁴ A produção sojícola ganha importância e torna-se significativa em Rondônia somente a partir do ano de 2001. A produtividade alcançada, desde então, é uma das maiores do país – no final dos anos 2000, enquanto estados que tradicionalmente se dedicam à produção da soja (RS, PR, SP, MT) alcançam índices médios que oscilam entre 2,5 até 3,0 toneladas kg por hectare, a produtividade média do estado de Rondônia é de 3,19 toneladas por hectare (IBGE-PAM, 2008).

⁵ Produtores de soja em Vilhena são citados em matéria publicada em uma Edição Especial sobre Agronegócio da Revista Veja, em abril de 2004, onde se destacou o emprego da “agricultura de precisão” no município. “Essa tecnologia, a chamada agricultura de precisão, serve no Brasil a pelo menos 4000 máquinas agrícolas. O agricultor gaúcho Adailton Sawaris e seu sócio, o paranaense Nivaldo dos Santos, ambos de 35 anos, conseguem bater recordes de produtividade no município de Vilhena, em Rondônia, com a utilização destas técnicas. A cada safra, eles fazem um histórico com vinte variáveis – como acidez do solo e índice pluviométrico – de cada um dos cinquenta trechos, ou talhões, em que estão divididos 5

600 hectares da plantação de soja. Por meio de um aparelho que localiza coordenadas geográficas com o auxílio de satélites, otimizaram a aplicação de insumos e a pulverização da lavoura, evitando a sobreposição. ‘O plantio é feito com controle automático dos espaçamentos, da profundidade das covas e da quantidade de adubo aplicado’, explica o especialista José Molin, professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo. ‘As super-máquinas reduzem significativamente os custos da produção’” (COUTINHO, 2004, p.27).

⁶ “Desde que a evolução do espaço é, como vimos, dependente dos pólos externos, cumpre levar em conta influências não-locais, condutoras de modernizações. Ora, o efeito de modernização é gerador de um efeito de especialização, quer dizer, de uma possibilidade de dominação. A especialização é responsável por uma polarização. O subespaço mais modernizado, especializado, ganha assim a posição de pólo frente a outros subespaços. Estes se tornam objeto de impacto de várias origens, de ordem e de significação diversas. Os espaços alcançados são assim dependentes de vários sistemas de escalão superior” (SANTOS, 1978, p.108).

⁷ Vilhena ocupava, numa classificação da Revista Exame, a sétima posição entre os novos pólos do agronegócio brasileiro, com destaque para a qualidade do solo, possibilidades de mecanização e a presença de grandes empresas como a Amaggi, Cargil, Rical (arroz) e o frigorífico JBS-Friboi (SALOMÃO; SEIBEL, 2007).

⁸ Vilhena também possui destaque no estado de Rondônia quando se trata do cultivo de outros cereais, pois é também o maior produtor de milho e de arroz, mas ambas as culturas ocupam áreas bem inferiores quando comparadas à área de cultivo da soja - foram 14.500 ha de milho e 3.500 ha de arroz contra 43.000 ha de soja plantados na safra 2005/2006 (SEAPES, 2007), ainda que atualmente estas outras culturas percam importância no conjunto da atividade agrícola local. Uma das maiores empresas beneficiadoras do arroz em Vilhena, a Rical, chegou a arrendar parte de sua planta industrial para o grupo Cargill, que adaptou as infra-estruturas para a secagem e armazenamento dos grãos de soja.

⁹ Estes dados foram obtidos em trabalho de campo realizado em Vilhena (julho de 2007), a partir de informações colhidas em empresas de consultoria agropecuária (Plante Bem) e de comercialização da soja (Amaggi).

¹⁰ Informações obtidas na empresa Plante Bem e na Unidade da Amaggi em Vilhena, indicam que as possibilidades de expansão das áreas de cultivo de soja no município de Vilhena estão totalmente esgotadas. Todas as áreas de cerrado que oportunizam a produção moderna e mecanizada já foram tomadas por este cultivo, sobrando apenas espaços impróprios. Daí a expectativa de expansão da soja em Cerejeiras e municípios do seu entorno.

¹¹ Desde o ano de 2005, os municípios produtores de soja em Rondônia são os seguintes (em ordem decrescente da produção: Vilhena, Cerejeiras, Corumbiara, Chupinguaia, Pimenteiras do Oeste, Cabixi, Colorado do Oeste (porção sul de Rondônia). Há também uma produção muito pequena nos municípios de Itapuã do Oeste, Porto Velho e Seringueiras (menos de mil toneladas em cada um) (Produção Agrícola Municipal 2006 – IBGE-PAM, 2007).

¹² Pretendíamos entrevistar os administradores da Unidade do Grupo Cargill, visando avaliar as atividades do grupo em Rondônia. No entanto, em mais de uma ocasião, funcionários da unidade do grupo em Vilhena não se dispuseram a realizar a entrevista.

¹³ O gerente da Unidade do Grupo Amaggi em Vilhena (que já foi o administrador da unidade do grupo em Cerejeiras), argumenta que a produção de soja em Cerejeiras é mais competitiva porque economiza-se

um terço dos gastos com adubos e fertilizantes, mesmo com um maior gasto no deslocamento das cargas até a BR-364 (quando comparado a Vilhena).

¹⁴ Durante o trabalho de campo para a pesquisa, tanto o gerente da Unidade do Grupo André Maggi em Vilhena, quanto o operador de Crédito Rural da agência local do Banco do Brasil, nos deixaram clara impressão de que os grandes grupos do agronegócio (e especialmente o André Maggi), são os maiores financiadores da atividade em Rondônia. O próprio operador de Crédito Rural do Banco do Brasil estranhou o fato de os empréstimos para o custeio da pecuária de corte serem maiores do que os empregados no cultivo de soja, reafirmando que os grandes grupos que comercializam a *commodity* no município são os principais financiadores da atividade. Um funcionário da mais antiga empresa de consultoria agrícola de Vilhena (a Plante Bem), em entrevista a nós concedida em julho de 2007, também declarou ser muito mais fácil o produtor tomar empréstimo em empresas como Amaggi e Cargill, visto que o processo no Banco do Brasil é lento e burocrático, enquanto que as exigências ambientais do Banco da Amazônia (BASA) tornam praticamente inviável o financiamento para a soja.

¹⁵ As operações de crédito que aparecem na Tabela designam o número de propostas que foram contempladas pelo Banco do Brasil, e podem ter sido realizadas por um mesmo produtor.

¹⁶ Informações obtidas na Unidade do Grupo André Maggi em Vilhena, durante trabalho de campo realizado em junho de 2007.

¹⁷ Várias cidades do Centro-Oeste do país que se dedicam à agricultura de exportação enfrentaram problemas com a crise causada pela queda do câmbio, tal como fora apontado em diversos meios de comunicação do país no primeiro semestre de 2007 (vide, por exemplo, a reportagem de Márcia De Chiara, em O Estado de São Paulo, 20 maio de 2007).

¹⁸ Dados levantados na agência do Banco do Brasil em Vilhena, em trabalho de campo realizado em julho de 2007.

¹⁹ Pudemos ouvir tais tipos de comentários/lamentações de um agrônomo da empresa de consultoria Plante Bem e também de um comerciante de sementes em Vilhena, durante o trabalho de campo, em julho de 2007.

²⁰ Em julho de 2007, enquanto as taxas de juros do Banco do Brasil eram de 6,75% ao ano, Grupos como o Amaggi e Cargill cobravam em Vilhena taxas em torno de 14% ao ano aos produtores (dados obtidos em trabalho de campo em Vilhena, junho de 2007).

²¹ Em reportagem publicada em 2007 no Jornal Folha de Rondônia (LOCKS, 2007), foi destacado um aumento de 80% em dólar do preço dos fertilizantes, problema que interfere diretamente no plantio da soja no estado. Alguns agricultores rondonienses haviam preferido abandonar a atividade e dedicar-se à pecuária ou ainda a culturas menos onerosas como a do milho ou arroz.

²² E o autor continua, concluindo que “O fundamento etimológico da palavra *região* é perdido, na medida em que há regiões que são apenas regiões do fazer, sem nenhuma capacidade de comando” (SANTOS, 1994, p.92) (Grifo no original).

²³ Dados obtidos através do IBGE Cidades. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>, acesso em agosto de 2007.

²⁴ Ainda que Vilhena seja o município de maior produção de cereais em Rondônia, segundo dados do IBGE, no ano de 2004, o valor adicionado nas atividades agropecuárias ao Produto Interno Bruto (PIB) de Vilhena representava, aproximadamente, um terço do valor adicionado na atividade industrial, ou ainda um quinto do valor adicionado nas atividades de serviços (*IGBE Cidades*, disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>, acesso em agosto de 2007).

Referências

CASTILLO, R. Exportar alimentos é a saída para o Brasil? O caso do complexo soja. In: ALBUQUERQUE, E. S. (org.) **Que país é esse?** Pensando o Brasil contemporâneo. São Paulo: Globo, 2005. p.283-307.

COUTINHO, L. Campo *high-tech*. **Revista Veja**. Edição especial n. 30. (Agronegócio). Ano 37, p.24-29. Editora Abril: São Paulo, 2004.

DE CHIARA, M. Uma região em declínio, outra em ascensão: comércio de carros, móveis e tratores sentem a mudança na rota agrícola. **O Estado de São Paulo**. Caderno Economia & Negócios, São Paulo, 20 maio de 2007.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura**: a região de Ribeirão Preto-SP. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. Globalização e fragmentação do espaço agrícola no Brasil. **Scripta Nova** - Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales. Vol. X, n.º 218 (3), 19 p. Barcelona, 2006.

ISNARD, H. **O espaço geográfico**. Coimbra: Livraria Almedina, 1982.

KAHIL, S. P. **Uso do território brasileiro**: densidade e fluidez das vias de circulação e do movimento no front da agricultura moderna – região central do Brasil. Relatório Final de Pesquisa. Rio Claro, FAPESP-UNESP, 2008 (mimeo).

LOCKS, Afonso. Alta no fertilizante prejudica soja. **Folha de Rondônia**. Caderno Agricultura, Ji-paraná, 27/08/2007. Disponível em:
<<http://www.folhaderondonia.com.br>>, acesso em 27/08/2007.

PEREIRA, M. F. V. O território sob o efeito modernizador: a face perversa do desenvolvimento. **Interações**. Campo Grande, nº13, p.63-69, 2006. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122006000200007>, acesso em julho de 2009.

_____. Vilhena: cidade do campo moderno no sul de Rondônia. VII SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNESP, CAMPUS RIO CLARO. Rio Claro, novembro de 2007. **Anais...** Rio Claro, 2007, p.421-432.

SALOMÃO, A.; SEIBEL, F. Os dez novos pólos do agronegócio. **Revista Exame**. Agosto de 2005. Disponível em:
<<http://www.portalexame.abril.uol.br/revista/exame/edicoes/0849/economia/m0080017.html>>, acesso em agosto de 2007.

SANTOS, M. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo**. Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Modo de produção técnico científico e diferenciação espacial. **Território**. Rio de Janeiro, Ano IV, n.6. p.5-20, 1999.

_____. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **O espaço dividido**: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução de Myrna T. Rego Viana. São Paulo: Edusp, 2004 (1979).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEAPES (Secretaria de Estado da Agricultura, Produção e do Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Rondônia). **Rondônia, a nova fronteira do progresso** (Relatório de Gestão - SEAPES 2006). Porto Velho: SEAPES/RO, 2006.

_____. **Rondônia, crescer é o nosso perfil** (Relatório de Gestão - SEAPES 2007). Porto Velho: SEAPES/RO, 2007.

SILVEIRA, M. L. Globalização, trabalho e cidades médias. **GeoUERJ**. Rio de Janeiro, n.11, p.11-17, 2002.

***Recebido em 13/02/2010 Aceito para publicação em 10/06/2010**